

# PENSANDO OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BAIANOS A PARTIR DO FOCO NA INCLUSÃO DIGITAL COGNITIVA

**Barbara Coelho Neve)**  
Mestranda (PPGCI-UFBA)  
E-mail: [barbaran@ufba.br](mailto:barbaran@ufba.br)

**Neubler Nilo Ribeiro Da Cunha**  
Especialista (CIAGS-UFBA)  
E-mail: [neubler@gmail.com](mailto:neubler@gmail.com)

**RESUMO:** A proposta desta comunicação é informar o progresso da pesquisa que busca compreender o processo de mediação desenvolvida pelos pontos de inclusão digital (PIDs) em cidades da Bahia. A hipótese versa que os modelos de acesso utilizados nos PIDs não adotam um enfoque baseado na convergência de recursos e mediação. O objetivo geral é comprovar que os modelos de acesso não favorecem a abordagem cognitiva baseada na convergência de recursos (físico, digital, social e humano) e na mediação humana. Trata-se de um estudo de nível descritivo, com o método de multi-casos e levantamento em um universo de 10 cidades, distribuídos em nove territórios de identidade. Para a seleção da amostra foi necessária a aplicação de critérios bem delimitados. Para a montagem da estrutura do estudo e seleção da amostra foi realizado a interseção entre o Mapa da Exclusão Digital da Bahia da FGV e o Observatório Nacional da Inclusão Digital (ONID).

**Palavras-chave:** Inclusão digital. Abordagem cognitiva em inclusão digital - ACID. Territórios de Identidade - Bahia.

**RESUMEN:** Esta nota breve de investigación tiene por informar sobre los progresos de la investigación que busca comprender el proceso de la mediación desarrollado por los modelos de puntos de acceso de inclusión digital (IDPs) en las ciudades de provincia de Bahía (Brasil). La hipótesis habla que los modelos usados de acceso de los PIDs, no se adopta un enfoque basado en la convergencia de recursos cognitivos. El objetivo general es comprobar los modelos desarrollados para el acceso en los PIDs de Bahía, que son considerados como de mayor inclusión digital, no se favorecen con enfoque en la convergencia de los recursos cognitivos (físico, digital, social y humano). El diseño de la investigación, se trata de un estudio de lo nivel descriptivo, con la adopción de los métodos de estudio de casos múltiples y el levantamiento en un universo de 10 ciudades. Las técnicas adoptadas para la recopilación de datos implica la realización de entrevistas, aplicación de cuestionario y observación directa. Para el montaje de la estructura del estudio empírico y la selección de la muestra, se propone que este estudio se basó en la intersección entre el Mapa de la Exclusión Digital de la Bahía de la FGV y Observatorio Nacional de Inclusión Digital (ONID).

Palabras claves: Inclusión digital. Enfoque cognitivo. Territórios de Identidad – Bahía.

## Introdução

O estudo, que ora se apresenta nesta comunicação, tem como tema uma inclusão digital que considera, não somente aspectos da infraestrutura movida por modelos de acesso baseados na quantificação de computadores e conectividade, mas também aspectos que visam perceber de maneira mais qualitativa esses modelos e a ocorrência do modelo de acesso balizado em letramento. Esse terceiro modelo será medido pelo viés da mediação para inclusão digital, levando em consideração à abordagem cognitiva baseada na convergência de recursos – físicos, digitais, humanos e sociais – adotados em pontos de inclusão digital (PIDs) em Territórios de Identidade no estado da Bahia.

Nessas circunstâncias, estão em análise o processo de mediação por meio do relacionamento usuário/utilizador (mediados) e os denominados monitores, orientadores, gestores ou professores (mediadores) dos PIDs.

A revisão de literatura conta com dois fundamentadores essenciais para descrever os recursos (Warschauer) e para tratar da análise dos aspectos cognitivos (Vygotsky). As questões de fundo desta pesquisa como a técnica e a tirania da informação, assim como para tratar das observações ligadas a globalização perversa no âmbito do território, são tratadas na fundamentação empírica, principalmente, sob a ótica de Milton Santos. Partiu-se da problematização destes autores com o mapa de exclusão digital, procurando perceber o que vem acontecendo no âmbito do Território de Identidade. Trata-se de uma investigação de nível descritivo, com o método de estudo de casos múltiplos e levantamento em um universo de 10 cidades. Para a seleção da amostra foi necessária a aplicação de critérios bem delimitados, circunscritos nos territórios (RMS, Recôncavo, Litoral Sul, Oeste Baiano, Vitória da Conquista, Portal do Sertão, Itaparica, Agreste de Alagoinhas e Extremo Sul). Para a montagem da estrutura do estudo e seleção da amostra foi realizada uma interseção entre o Mapa da Exclusão Digital da Bahia da FGV e o Observatório Nacional da Inclusão Digital (ONID).

Após contato com as primeiras conferências de divulgação do Programa Sociedade da Informação no Brasil em 2000 que deu origem ao Livro Verde, e experimentação com algumas referências sobre a temática, surgiram os primeiros questionamentos: O que é inclusão digital? Quais são seus reais objetivos? Como garantir que essa seja efetiva? E após mais leituras vieram outros: Os municípios baianos considerados como os de maior inclusão digital, mapeados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), estão desenvolvendo uma inclusão digital efetiva? Como está distribuída essa inclusão na perspectiva dos Territórios de Identidade? Esta inclusão é baseada em abordagem cognitiva? A mediação é importante neste processo?

A partir dessa curiosidade e posterior identificação do referencial, que compõe o corpo teórico e empírico sobre inclusão digital e mediação, questiona-se se os modelos de acesso que estão sendo utilizados nos Pontos de Inclusão Digital (PIDs) em municípios baianos, mapeados pela FGV como os mais incluídos digitalmente, vêm adotando uma abordagem cognitiva baseada na convergência de recursos. Levanta-se que os modelos de acesso adotados pelos PIDs localizados nos municípios mais incluídos digitalmente no estado da Bahia e distribuídos nos Territórios de Identidade

que circunscreve esta amostra, não vêm adotando essa abordagem cognitiva baseada em tal convergência.

Visando explicitar definições de termos ainda pouco familiares no senso comum, achou-se conveniente apresentar uma breve explicação para os termos-chave supracitados. A expressão “modelos de acesso”, tomado por referência nessa pesquisa, é o baseado em equipamentos e conectividade, tendo a participação de um terceiro modelo, o “letramento”, que segundo Warschauer (2006a) passou a ser considerado devido à insuficiência dos dois primeiros. Já pontos de inclusão digital (PIDs), também denominados telecentros, “[...] são locais dotados de computadores para acesso público à internet, ou apenas para treinamento em informática”<sup>1</sup>. E finalmente, convergência de recursos diz respeito à aplicação dos recursos digital (linguagem e conteúdo), físico (computadores e conectividade), humano (letramento e educação) e sociais (comunidades e instituições). (WARSCHAUER, 2003; 2006a). Vale ressaltar que os termos terão uma abordagem mais detalhada na apresentação da problemática na seção a seguir.

Como se trata de um relato do andamento dessa pesquisa será apresentado na próxima seção sua problemática em torno da abordagem cognitiva para inclusão digital, levando em consideração a união teórica de dois autores. O primeiro, Warschauer, para tratar da inclusão digital efetiva baseada em recursos complementares e que fazem parte do atual contexto do Estado e sociedade. O segundo, Vygotsky para suscitar no debate a abordagem cognitiva através da mediação nos processos de busca da informação, construção do conhecimento e formação social da mente. De acordo com Milton Santos, as questões ligadas à informação emergem no âmbito do território e se suas demandas sociais não são consideradas, sua implicação pode ser perversa. Por meio da ciência e da técnica o período histórico atual permite que se conheça o mundo de uma forma que nunca foi percebida antes (Santos, 2000), daí a relevância da maior participação dos sujeitos nessas ferramentas globais, a exemplo da internet. Entretanto, seu contato não pode ser omissivo do lado qualitativo, desconsiderando que o impacto que esta técnica pode ter para o cognitivo.

A segunda seção será dedicada ao método em aplicação para desenvolvimento desse estudo. O desenho metodológico desta investigação foi conduzido dentro de critérios que procuraram ser estrategicamente delimitados, visando selecionar uma amostra que representasse de forma coerente o macro universo em que se apresenta. Assim, esta pesquisa foi construída com seleções estratégicas e tratamento de dados

estatísticos que resultaram em duas fases, sendo a primeira apresentada aqui nesta comunicação. Na terceira seção mostrar-se-ão alguns dos resultados preliminares.

## **1 Território como palco da abordagem cognitiva para inclusão digital**

Milton Santos considerou a existencia de três mundos em um só, ou três globalizações. O primeiro seria o mundo tal como a mídia – precioso aparato da globalização – apetece fazer as massas enxergarem: a globalização como fábula. O segundo seria o mundo tal como ele é – imposto pela realidade movida pelo consumo como fundamental para a vida e da informação como alimento do capital: a globalização perversa. E o terceiro seria um mundo como ele pode [ser]: ou seja, uma outra globalização embasada pela apropriação das TICs e informação pelas massas. (Santos, 2000).

Milton Santos (2000) observa como os principais mecanismos do novo sistema mundo se comportam, dois deles constituem relevantes abordar neste texto. São eles: a informação – sua tirania... sua técnica.

A tirania da informação nitidamente associada à globalização perversa é tida, aqui, como uma das duas violências centrais, funcionando como base para o sistema ideológico que alicerça os novos totalitarismos/globalitarismos. Milton Santos questiona que o progresso das inovações e suas condições técnicas “[...] deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetivos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca”. (SANTOS, 2000, p. 38-39). As técnicas de informação terminam sendo utilizadas por uma pequena parcela de atores globais, visando seus próprios objetivos e interesses particulares. “As técnicas de informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdade”. (SANTOS, 2000, p. 39). Tornando a periferia do sistema capitalista ainda mais excluída ou em afastamento gradual dos objetivos da globalização, seja por não dispor dos novos meios de produção, seja porque lhes escapa a possibilidade de controle. Outro ponto colocado por Santos sobre a informação diz respeito sobre como esta é maquiada para transmitir o caráter ideológico “fabuloso” que os atores hegemônicos visam implantar como discurso para desencadear, dentre outras ações, o consumo e o poder.

Pode-se pontuar que uma das técnicas de informação relevantes no novo sistema reporta aos modelos de transferência de informação. Assim, o território deveria ser

deixado de ser usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores unilaterais.

Apresentar perspectivas sobre inclusão digital em um contexto de exclusão social é propriamente delicado, principalmente quando são mencionadas para colocar à luz de seu debate objetos no âmbito local.

Embora a exclusão esteja de certa maneira ligada ao isolamento e à decomposição social, a empregabilidade dos indivíduos constitui característica significativa para designar sua condição social. Por isso o foco das iniciativas que visam promover inclusão, principalmente digital, carregarem no seu discurso uma visão que almeja a inserção de pessoas no mercado de trabalho. De início, a contradição neste tipo de visão fica por conta de não perceber que o Estado não pode ser melhor que a cidadania que o controla, pois não é o Estado que faz a cidadania, e sim o contrário, correspondendo a um Estado socialmente envolvido. De segundo, é também percebida a contradição por parte da depreciação da política social promovida por um Estado com políticas compensatórias. (DEMO, 2002).

Daí a importância da revisão das políticas de inclusão digital, que visem remediar a exclusão social, pautarem-se em um debate mais direcionado à importância dos conteúdos, do desenvolvimento de competências baseadas em aprendizado (aprender a aprender) e a participação social comprometida com valores e práticas que visam o bem comum.

A inserção das pessoas no novo contexto histórico – por meio das tecnologias avançadas de informação e comunicação (TAICs) – vem se tornando um desafio, visto que acessá-las está estreitamente ligado à renda e à educação. Tal interrelação comprova a prioridade de formular novas coalizões estratégicas que privilegiem o desenvolvimento do indivíduo, iniciando pelo viés educacional para inseri-lo com responsabilidade social, visando seu empoderamento informacional. Esse ponto de convergência no âmbito da inclusão social remete ao contrato social entre Estado e sociedade. No cerne da inclusão digital refere-se à convergência de recursos que liguem a estrutura técnica, baseada em recursos físicos (hoje mais fomentada), com os recursos digitais, educacionais e sociais ainda deficientes no contexto atual.

Cazeloto (2008, p.69-70), por sua vez, percebe que uma visão consensual se estabeleceu nas sociedades tecnologicamente desenvolvidas; a de que a exclusão digital veio, portanto, “[...] somar-se ao arcabouço de misérias e humilhações sofridas por

aqueles que não possuem os elementos necessários para participar da sociedade de consumo”.

O pesquisador acrescenta que se pode analisar criticamente a inclusão digital pelo viés das relações sociais e nas transformações na divisão do trabalho. Ele privilegia o conceito “glocal” de Trivinho (2007 apud CAZELOTO, 2008). O “glocal” é um neologismo que favorece a observação do fenômeno de inclusão digital, pois indica a “[...] superposição de um contexto global a uma realidade local, levada a efeito por um meio de comunicação que opera prioritariamente (mas não exclusivamente) em tempo real”. (CAZELOTO, 2008, p. 70). Assim, a “glocalização” possibilita a análise da sociedade mediática por meio de um prisma crítico, onde o contexto é o palco do local com a interferência, ou reconstrução do global.

Para se trabalhar, valorizando uma abordagem cognitiva para inclusão digital<sup>2</sup>, dialoga-se com o autor fundamental do enquadramento teórico desta pesquisa. Os três modelos de acesso às TICs, abordados por Mark Warschauer (2006), leva em consideração todas as suas particularidades, iniciando com dois modelos: “equipamentos” e “conectividade”. Contudo ele apresenta um terceiro, denominado de “letramento”. Percebe-se que, esse constitui o “salto de qualidade”, pois é a partir desse modelo que desenvolve todo argumento, provando a insuficiência dos dois primeiros tão comuns nas iniciativas que visam desenvolver a inclusão digital. Então, seu raciocínio, nesse sentido, é relevante para essa pesquisa por residir no “modelo de acesso letramento” as categorias chamadas por ele de recursos físicos, digitais, humanos e sociais. Tais categorias designam o modelo de acesso que está sendo adotado e, dessa forma, ajudou a embasar os dois primeiros objetivos específicos desse estudo.

Verifica-se que, segundo Warschauer (2003) a obtenção de letramento e o acesso a TIC proporcionam habilidade para o indivíduo processar e utilizar a informação, que só é possível através da conectividade, um viés essencial para promoção da inclusão digital. Para o autor, a TIC, se adequadamente associada, explorada e fomentada pode estimular o desenvolvimento das características cognitivas do indivíduo.

Warschauer (2006b) coloca a educação e o aprendizado como algo preponderante na construção de uma Sociedade da Informação. Para ele não bastaria às iniciativas que visam promover inclusão digital, a exemplo de telecentros, disponibilizarem uma infraestrutura moderna de comunicação, mas sim a transformação da informação em conhecimento. Eis aqui, outro viés importante para esta pesquisa. Há

que se considerar, portanto, a importância de analisar como problemática a percepção dos PIDs, como estão adotando as categorias de acesso e se estas estimulam a cognição dos seus utilizadores/usuários.

O eixo culminante dessa pesquisa com o trabalho de Warschauer (2006a) figura na categoria de “recurso humano”, onde estão as necessidades de letramento e educação no processo de incluir digitalmente. Sendo percebida, nesse recurso, a importância da mediação humana, daí a conveniência de se trazer o Vygotsky (1995; 2008) para dialogar e complementar a visão de associação entre tecnologia e letramento, ou seja, tendo como elo entre recurso digital e o social, o humano. A visão seria uma associação de equipamentos e conectividade adicionados a pessoal treinado e o apoio contínuo da sociedade civil organizada (que também é resultado do processo, daí a idéia de um ciclo).

Para se alcançar plenamente a inclusão digital torna-se importante que os PIDs cumpram cinco dimensões (infraestrutura de comunicação, equipamentos, treinamento, capacitação intelectual e produção de conteúdo). (SORJ, 2003). Estar incluído efetivamente não se restringe a utilização “exclusiva e única” de sites de relacionamento como MSN (28%), Orkut (80%)<sup>3</sup>, Youtube (40%) e Twitter (96,8%)<sup>4</sup> e/ou de entretenimento como jogos *on-line* por exemplo. Com base nas premissas desta pesquisa – apresentadas na introdução – essas ferramentas se associadas a elementos da abordagem cognitiva a exemplo de letramento e mediação pode colocar o indivíduo na zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Ou seja, acredita-se que sujeitos mediados conseguem fazer associações e sistematizações dessas ferramentas voltadas ao relacionamento, por exemplo, de maneira mais dinâmica para ter acesso a outras fontes que podem agregar significado ao seu lado educacional e social.

Assim, esses autores suscitam a importância da informação para se passar à etapa do conhecimento, sendo suas pesquisas materiais muito significantes para o momento em que se pretende tratar do mediador humano como principal figura deste processo para viabilizar a inclusão digital efetiva.

Pessoas ligadas às políticas de inclusão digital em nível nacional e regional – peritos e especialistas<sup>5</sup> – se constituíram em importantes referências para o esclarecimento quanto à pertinência das leituras realizadas até então. O posicionamento dos entrevistados alargou os aspectos levados em consideração nas leituras. Também serviu para ampliar o leque de referências e ter acesso a outros pesquisadores que estão trabalhando com temas correlatos e/ou afins.

## 2 O Delineamento da pesquisa

Quanto ao delineamento da pesquisa, trata-se de um estudo de nível descritivo, adotando os métodos de estudo de casos (casos múltiplos - 10 municípios) e levantamento. As técnicas adotadas para coleta de dados são a realização de entrevistas, aplicação de questionário e observação direta. A amostra compreende os (PIDs) do Estado da Bahia selecionados no Mapa da Exclusão Digital da Bahia da FGV como os de maior inclusão digital. Dentro desse universo foram construídas subamostras por representatividade (não-probabilística) dos gestores, monitores (mediadores) e usuários desses PIDs.

Os atores de interesse para este estudo configuram o gestor direto dos programas selecionados na amostra, o mediador responsável pela gestão local e utilização, além dos usuários que frequentam os PIDs selecionados.

Os métodos de observação julgados pertinentes foram a observação indireta e a observação direta dos sujeitos interessados da pesquisa.

Para a observação indireta foram construídos instrumentos para coleta de dados como questionários e entrevistas. O instrumento questionário está direcionado aos usuários e mediadores dos PIDs. Enquanto que a confecção de um roteiro de entrevista, como instrumento de coleta, visará a recolha de informações dos gestores responsáveis pelos programas selecionados.

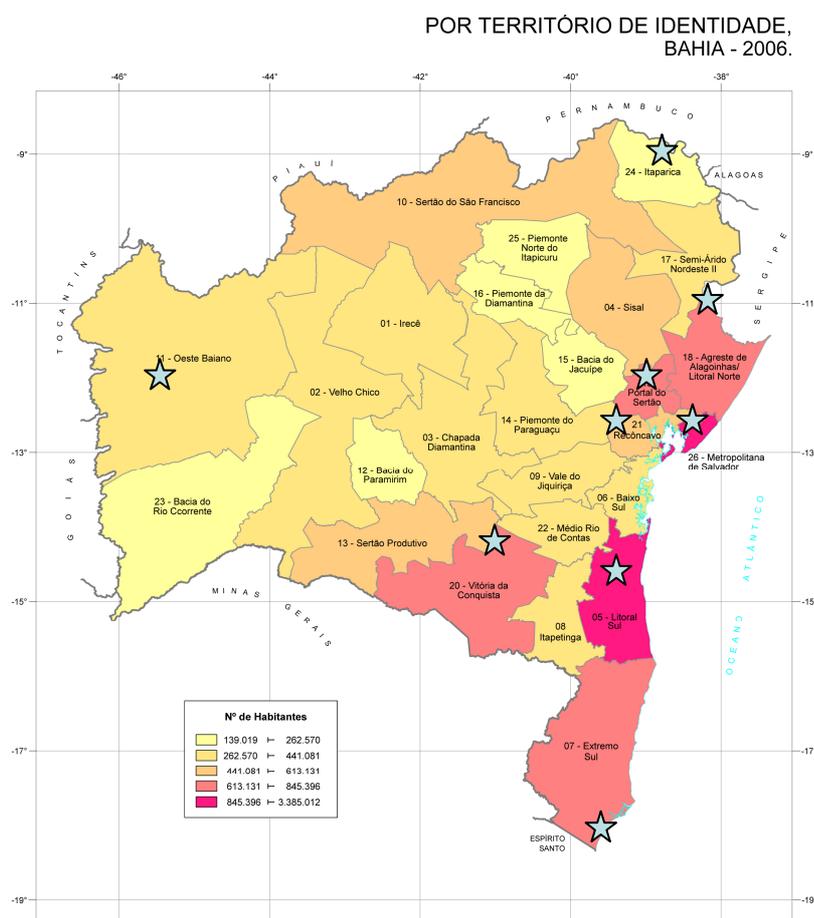
O procedimento de coleta de dados constitui a “[...] execução do instrumento de observação” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2003). Para a coleta de dados propõe-se uma ação sistematizada das atividades que antecedem e envolvem a aplicação dos instrumentos: questionários, entrevistas (na observação indireta) e diário de campo (na observação direta).

Para proceder à aplicação do questionário e a observação direta em diário de campo, no momento, realizam-se a execução de viagens aos 10 municípios eleitos na amostra. Junto aos PIDs selecionados, estão sendo realizadas as entrevistas com os mediadores responsáveis no ponto e a aplicação de questionários aos utilizadores. As entrevistas e aplicação de questionários estão sendo aplicadas *in loco*.

As técnicas de coleta de dados serão realizadas com bases em entrevistas com os gerentes, com os mediadores que atuam nos PIDs e pessoas envolvidas com as políticas de inclusão digital (para citações no referencial como *informação verbal*).

### 3 Resultados preliminares

Inicialmente, a amostra foi selecionada a partir do Mapa da Exclusão Digital da Fundação Getúlio Vargas (FGV), visando identificar os 10 municípios com maior nível de inclusão digital no Estado da Bahia. A partir deste primeiro momento foi possível visualizar a distribuição dos locais de pesquisa nos Territórios de Identidade. Assim, objetivamente falando, o universo dessa pesquisa compreende, por ordem de inclusão: Salvador, Lauro de Freitas, Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras, Feira de Santana, Paulo Afonso, Alagoinhas, Mucuri e Santo Antônio de Jesus. Essas cidades estão representadas no mapa a seguir pelas estrelas em seus respectivos territórios. O campo dessa pesquisa compreende essas 10 cidades que, cujas mesmas no momento, estão sendo visitadas no processo de investigação “*in loco*”, visando maior aproximação da realidade desses PIDs (telecentros).



**Figura 1** – Mapa dos Municípios que compõem a amostra: distribuídos em Territórios de Identidade  
Fonte: Mapa adaptado da SEI.

Consultando o Mapa da Exclusão Digital, que aponta os municípios brasileiros com maior nível de inclusão e exclusão digital, foram identificados quais eram os

municípios baianos considerados como os mais incluídos digitalmente. Assim, se apresentou 10 municípios nessa situação, de acordo à classificação dada pela FGV.

Esses 10 municípios caracterizados pela FGV foram enquadrados na classificação feita pela Secretária do Planejamento do Governo do Estado da Bahia denominada de Territórios de Identidade<sup>6</sup>. Dessa forma, tem-se, inicialmente, a seguinte tabela:

**Tabela 1 – Enquadramento das 10 cidades baianas mais incluídas digitalmente e seus respectivos Territórios de Identidade**

Território de Identidade	Municípios	Grau de inclusão
26 - RMS	Salvador	14,05%
26 - RMS	Lauro de Freitas	13,48%
05 - Litoral Sul	Itabuna	7,66%
20 - Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	7,09%
11 - Oeste Baiano	Barreiras	6,17%
19 - Portal do Sertão	Feira de Santana	6,13%
24 - Itaparica	Paulo Afonso	5,59%
18 - Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte	Alagoinhas	5,49%
07 - Extremo Sul	Mucuri	5,00%
<b>21 – Recôncavo</b>	Sto. Antonio de Jesus	4,82%

Fonte: Adaptado do Mapa da Exclusão Digital da Bahia (FUNDAÇÃO..., 2006).

### 3.1 Resultado da Seleção da Amostra nos Territórios

Entretanto, cada um desses municípios tem mais de um ponto de inclusão digital (PID). Assim, foi necessário partir para um processo de seleção da amostra por representatividade, já que não era possível, no tempo destinado à pesquisa, cumprir todo o seu universo, examinando todos os pontos distribuídos nestas cidades.

#### 3.1.1 Seleção da amostra nos territórios de identidade: atribuída por critérios

Segundo o Observatório Nacional da Inclusão Digital (ONID), o Brasil possui 5.117 telecentros. Somente na Bahia, em outubro de 2008, contabiliza-se 550 telecentros (PIDs) distribuídos em 417 municípios. Visando recortar ainda mais a amostra selecionada, foi necessário a adoção de critérios de seleção. Esses critérios visam viabilizar a pesquisa através do estudo de uma amostra representativa da população, a qual se deseja obter uma imagem global. Para tanto, utilizou-se, inicialmente, o site do ONID para identificar a localização espacial dos PIDs que integram o universo da pesquisa. Nesta etapa verificou-se a ocorrência de 100 PIDs, somente na capital do estado.

O resultado desse levantamento culminou na criação de uma planilha com as variáveis que caracterizam esses municípios (programas de inclusão digital e número de PIDs existentes).

Após a confecção da planilha foi possível perceber, ainda assim, que seria necessário atribuir critérios para seleção da amostra, visto que o universo continuava muito amplo e sem categorização.

Para visualizar a amostra, o primeiro critério objetivou identificar os programas que financiam esses PIDs e decidiu-se selecionar aqueles mantidos por Programas Federais e Estadual. Esse critério visou abarcar as duas esferas governamentais por se acreditar que, dessa maneira, se teria a oportunidade de analisar os PIDs, compreendendo que os pontos mantidos por programas dos poderes públicos terão maior tendência em sua ação à efetiva inclusão digital. Assim, o ONID foi, mais uma vez, essencial para enquadrar os PIDs sob a abrangência desses dois Poderes.

Dessa forma obteve-se o seguinte quadro:

Sigla	Nome do Programa	Abrangência	Total de PIDs nacionais	Total de PIDs no estado da Bahia
PISD-BA	Programa de Inclusão Sócio Digital	Estadual	-	381
BB	Banco do Brasil	Nacional	709	33
MC	Ministério das Comunicações	Nacional	71	8
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia	Nacional	61	2

**Quadro 1:** Programas de inclusão digital: selecionados com abrangência estadual e nacional

**Fonte:** Dados da pesquisa

Usado o primeiro critério, verificou-se que também havia extensiva quantidade de PIDs mantidos por esses programas. Assim, foi necessário estabelecer um segundo critério. Passou-se a levantar, dentro da perspectiva dos PIDs selecionados por programas no primeiro critério, também aqueles que atuam em ambientes culturais ou de aprendizagem. Ou seja, o segundo critério de seleção identificou PIDs dos programas estadual e federais ambientados em bibliotecas, centros comunitários, escolas, universidades ou museus.

Ainda assim, em alguns dos municípios selecionados, existem vários PIDs em ambientes culturais e de aprendizagem, fazendo com que fosse coerente a aplicação de um terceiro critério de seleção. Um novo recorte foi adotado, dessa vez, levando em consideração a localização dos PIDs em áreas urbanas centrais, de grande circulação de pessoas e hospedados em instituições públicas que têm por intenção atender um número amplo de pessoas.

Após adoção dos três critérios de seleção, obteve-se o número de PIDs selecionados para os programas da esfera Estadual (10) e Federal (7), totalizando 17 pontos de acessos distribuídos em nove territórios de identidade. Os municípios de Itabuna, Barreiras, Feira de Santana e Mucuri não tiveram PIDs dos programas federais

selecionados porque, de acordo com o ONID, não possuem nenhuma ocorrência desses em seu território.

## **5 Considerações pontuais**

Pressupõe-se que para haver inclusão digital efetiva – baseada em letramento – é necessário muito mais que fornecer acesso a computadores e conectividade. É imprescindível haver convergência de recursos (técnicos, digitais, educacionais e sociais) e ao que parece, a mediação (homem/máquina) é o norteador de todo o processo que envolve, desde a formulação da proposta de inclusão digital ao usuário final. Portanto, a convergência dos aspectos cognitivos, que envolvem letramento e educação às TICs, promove a inclusão digital efetiva, pelo viés da mediação, que favorece a incorporação social ou inclusão socioeconômica. Então, chega-se ao ponto de partida com a questão: por que os atores envolvidos estão pulando esta etapa?

É importante lembrar que computadores e internet sem linguagem e conteúdos adequados às necessidades individualizadas dos usuários não possuem muita importância enquanto facilitadores da “alta inclusão social” desenvolvidas, por exemplo, em países do primeiro mundo. É necessário muito mais que recursos digitais e físicos para cercar a ‘brecha digital’ e alcançar os objetivos almejados pelo Programa Sociedade da Informação, em seu projeto de lançamento na virada do século. Desde então, nove anos se passaram e a implementação da técnica (infraestrutura), ao que parece (de acordo com vários autores), vem sendo superada. Entretanto, a uma expectativa quanto aos resultados que esse recurso pode oferecer para o desenvolvimento educacional e social da população. Os municípios da Bahia representam bem esta realidade, por tal razão carecem de observação mais aprofundada, analisando esses aspectos. Em outras palavras os recursos que promovem o modelo de acesso técnico (físicos e digitais) só promovem o modelo de acesso baseado em letramento quando há a soma desses recursos aos sociais e educacionais.

Assim, julga-se relevante continuar com os estudos que visam aproximar a inclusão digital dos meandros da mediação, observando a responsabilidade social e as características de participação que os pontos que possuem propostas de inclusão social dizem conter. Assim como os recursos educacionais – onde reside a mediação – o social constitui um recurso importante, pois é nele que estão representadas as comunidades e instituições. A participação da sociedade civil é imprescindível na atualização das

políticas e agenda da inclusão digital em um contexto territorial que vai do local ao global.

## Referências

- CAZELOTO, Edilson. *Inclusão digital: uma visão crítica*. São Paulo: SENAC, 2008.
- DEMO, P. *O Charme da exclusão social*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Mapa da exclusão digital na Bahia*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2006.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. *Manual de investigação em ciências sociais: trajectos*. Lisboa: Grandiva, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.
- SORJ, B. *Brasil@povo.com.: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Van DIJK, J.A.G.M. *The Network society: social aspects of new media*. London: Sage, 2006.
- YVGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Tradução de Jéferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 135p.
- \_\_\_\_\_. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- WARSCHAUER, M. *Technology and social inclusion: rethinking the digital divide*: MIT, 2003. Disponível em: <<http://www.mitpress.mit.edu/catalog/item/default.asp?sid=BAC81CFA-2B4A-44FF.html>>. Acesso em: 3 jul 2006.
- \_\_\_\_\_. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Senac, 2006a. 319p.
- \_\_\_\_\_. Educational leadership. *Learning the Digital Age*, v.63, n.4, dec.2005-jan 2006b, p. 34-38.

## Notas:

---

<sup>1</sup> Pontos de inclusão digital (PIDs) é uma denominação desenvolvida pelo IBICT. A definição utilizada nesta pesquisa foi retirada do projeto do Mapa da Inclusão Digital (MID) datado em 2007, Brasília-DF.

<sup>2</sup> Ver site da pesquisa Abordagem Cognitiva em Inclusão Digital <<http://inclusaoecognicao.wordpress.com/>>.

<sup>3</sup> Dados da pesquisa experiência de inclusão digital no domínio de uma universidade apresentou que 28% acessa ao MSN e que 80% utilizam o Orkut para fortalecer laços de amizade; ver: *BID Textos universitaris de biblioteconomia i documentació* v. 21, 2008.

<sup>4</sup> Segundo dados do Ibope Nielsen Online em 2008 o Brasil é o primeiro em alcance do Youtube, sendo que a concentração se encontra na categoria música com 45% dos usuários. Com relação ao Twitter, esse é um dado de março de 2009.

<sup>5</sup> Algumas dessas entrevistas foram realizadas, com um roteiro semi estruturado a sete especialistas no IBICT, no Ministério do Planejamento, também no II Congresso Ibero-Americano de Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva (GeCIC) no período de 27 a 1 de agosto de 2008 em Brasília e em Buenos Aires em julho de 2009. Para este relato de pesquisa resolveu-se mencionar as falas de três desses entrevistados, o Prof. Emir Suaiden (Diretor do Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia - IBICT), da Profa. Saadia Sánchez (Diretora da Rede de Informação e Conhecimento e da Secretaria permanente do Sistema Econômico Latino Americano e do Caribe – SELA) e o Secretário do Planejamento Rodrigo Assunção (Ministério do Planejamento).

<sup>6</sup> Com o objetivo de identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. (SECRETARIA..., 2008).